

Mandato será votado hoje de manhã

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A Constituinte aprovou, ontem à noite, por 320 votos contra 222 e 10 abstenções, o substitutivo do Centrão para as Disposições Gerais e Transitórias, numa demonstração de que os parlamentares governistas estavam presentes, unidos e prontos para aprovar, em seguida, a emenda que dá cinco anos de mandato ao presidente Sarney, que deverá entrar em votação hoje, às 9h30. A sessão de ontem acabou às 22 horas e só hoje de manhã começarão a ser votadas as emendas, entre as quais a de Matheus Iensen, que marca

eleições presidenciais para novembro de 1989.

A sessão da Constituinte, suspensa às 16h30, para que os parlamentares pudessem apresentar pedidos de destaques para votação das Disposições Gerais e Transitórias, foi reaberta por Ulysses Guimarães pouco antes das 19 horas. José Genoíno (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ) reclamaram porque queriam a votação artigo por artigo. E o líder do PMDB, Mário Covas, leu até um trecho do "Diário da Assembleia Nacional Constituinte", de 4 de março, para lembrar que naquela oportunidade Ulysses não suspendera a sessão para se passar

de um título para outro, como fizera desta vez. Manifestou estranheza também pelo fato de essa votação não ter sido precedida de entendimentos, como vinha ocorrendo com os demais títulos e capítulos.

Durante uma hora e meia, os líderes partidários puderam ocupar a tribuna para discutir a matéria — num clima de assembléia estudantil, que levou Mário Covas a lembrar até seus tempos da Escola Politécnica: "Um orador falava, e um grupo de estudantes uivava. 'Você tem medo de gritar' — disseram ao orador. E ele respondeu: 'E vocês têm medo de falar'".



Lourenço, com a mão sobre o ombro de Fiuza, comemora mais uma vitória do Centrão

Líderes esperam 338 votos pelos cinco anos



Sarney passa o dia confiante numa vitória folgada

Sarney pressionado a mudar ministério

ELIANE CATANHEDE

O presidente José Sarney está, mais uma vez, sendo pressionado por ministros, assessores e políticos para promover uma reforma administrativa no governo. Essa reforma, com fusão, extinção e privatização de órgãos e empresas públicas, teria o efeito prático de cortar gastos e serviria como pretexto formal para a adequação dos quadros federais aos setores políticos fiéis ao governo na Constituinte. Os segundo e terceiro escalões, em Brasília e nos estados, seriam os mais afetados, mas a reforma teria reflexos indiretos também entre os ministros.

"O Renato Archer (ministro da Previdência Social) vai começar a receber ordens superiores para demitir fulano, nomear sicrano, e só vai ter duas alternativas: ou se encaixar no novo estado de coisas e brigar com o PMDB ou sair do ministério", exemplificou um ministro próximo a Sarney. Acrescentou que o presidente estava cogitando, ontem à tarde, de convocar rede nacional de rádio e televisão para hoje, depois da aprovação do mandato de cinco anos, e explicar à Nação que sua disposição é a de "tomar providências para melhorar o País e o governo" antes de empossar seu sucessor.

Um levantamento feito pelo Palácio do Planalto mostra que cerca de 80% dos 56 mil cargos federais estão hoje ocupados por pessoas vinculadas aos setores patronistas do PFL e do PMDB. "Isso vai mudar", garantiu um assessor de Sarney, durante um jantar, anteontem, em Brasília. "Vamos limpar a área", disse o ministro ouvido ontem. "Passada a votação dos cinco anos, Sarney vai conviver com uma nova realidade político-administrativa

e é claro que vai ter de adequar o governo a ela", concorda um político que, à tarde, falou com o presidente por telefone.

Nas últimas semanas, com a proximidade da votação do mandato, cresceram as pressões de políticos cincoanistas por cargos no governo federal para seus aliados. Essas pressões são feitas diretamente sobre gabinetes de ministros e assessores e dali são levadas com outro "status" ao gabinete do próprio presidente. As três fontes, contudo, admitem que Sarney já prometeu reformas administrativas mais de uma vez e, na última hora, voltou atrás. Agora, querem evitar que ocorra o mesmo.

Além da reforma administrativa, são esperadas novas medidas econômicas de combate ao déficit público e à inflação. Entretanto, num almoço, na quinta-feira da semana passada, em seu gabinete, o ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, procurou desmentir a informação. "O campo de batalha já está totalmente ocupado com a artilharia do governo. Agora, é só evitar perder posições", disse. Na sua metáfora, a "artilharia" é o conjunto de medidas já tomadas — suspensão da URP do funcionalismo, fim de subsídios, cortes em investimentos e proibição de liberação de verbas para estados e municípios. "Perder posições" seria abrir brechas para que os atingidos por essas medidas venham a derrubá-las.

Entretanto, quem pressiona o presidente pela reforma administrativa pressiona também por medidas econômicas. "A opinião pública e a imprensa acham que lutamos por cinco anos pelos cinco anos", disse o ministro amigo de Sarney. "Precisamos mostrar que precisamos de mais tempo para agir e mudar o governo e o País". Brasília/Agência Estado

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os líderes do governo fecharam ontem a cotação de votos favoráveis ao mandato de cinco anos para o presidente Sarney em 338. Segundo o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, a cifra evoluiu devido às adesões de última hora de constituintes indecisos. Depois de transmitir as previsões sobre a votação ao presidente, Costa Couto afirmou que Sarney está "feliz e satisfeito".

O ministro atribuiu a previsão da vitória dos cinco anos ao reconhecimento, por parte dos constituintes, do governo Sarney e suas realizações. "O governo Sarney não entrou na contramão da história", destacou.

Depois de uma reunião com 12 ministros e lideranças do governo no Palácio do Planalto, Sarney obteve garantias de que, se o mandato não for votado no máximo até hoje, existem mecanismos para adiar a votação até sua volta da viagem para os Estados Unidos entre os dias 5 e 8. Segundo o porta-voz da Presidência da República, Carlos Henrique Almeida Santos, o presidente já disse ao deputado Ulysses Guimarães, presidente da Constituinte, que o importante é que o mandato seja votado quando ele estiver no Brasil.

Carlos Henrique afirmou que a estratégia do governo quanto à votação não inclui um acordo com Ulysses para atrasar a votação caso o presidente esteja fora do Brasil. Segundo o porta-voz, o governo prefere que a votação seja feita logo, pois a população brasileira já chegou "à exaustão".

CONFIANTE

Depois de uma cerimônia de entrega do documento das conclusões da 10ª Reunião Plenária do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos, Sarney demonstrava estar confiante quanto à votação. De jaqueta cinza, respondeu sorridente aos jornalistas que lhe perguntaram se esperava votação ainda ontem: "Não sei. Vocês estão mais bem informados do que eu".

PFL quer renascer no fim do governo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Um novo PFL deve nascer depois da votação do mandato do presidente Sarney na Constituinte. Segundo o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), um dos principais líderes do partido e do Centrão, "no final da Constituinte a sociedade vai sentir a necessidade de partidos ideológicos, nítidos, e nós seremos o embrião de um novo partido". Para o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), a certeza da aprovação do mandato de cinco anos traz esperanças para a mudança ministerial: "Estou torcendo para que, a partir da votação do mandato, comece o governo Sarney".

Segundo as previsões de Fiúza, o Centrão e o PFL poderão formar bloco suprapartidário, composto por forças de centro e de direita, "depois que o presidente estiver livre da chantagem do mandato. É preciso reunir estas forças em torno

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A distribuição de emissoras de rádio e televisão a aliados políticos vem sendo praticada pelo presidente José Sarney desde 1985 até os últimos dias, vésperas da votação do seu mandato. A denúncia é do deputado Maurício Fruet (PMDB-PR), que pesquisa o assunto há cinco meses e ontem entregou ao Estado os primeiros resultados do seu trabalho. Com certidões de juntas comerciais de diversos estados, o deputado paranaense comprova que muitos parlamentares insistem em negar — a cooptação política para garantir permanência mais longa no poder ao presidente Sarney.

De 85 até hoje, vários políticos e constituintes foram presenteados com emissoras, transformando-se em ardorosos defensores dos cinco anos de mandato. Um dos casos mais patentes da transformação é o do deputado Theodoro Mendes (PMDB-SP). Autor de uma emenda restabelecendo eleições diretas para a Presidência da República — ela entrou em tramitação logo após a rejeição da emenda Dante de Oliveira —, o deputado paulista, segundo Fruet, desinteressou-se do assunto depois de ganhar do presidente Sarney uma rádio em Sorocaba, juntamente com dois filhos, Eduardo Henrique Mendes e José Theodoro Mendes Júnior.

Outros cincoanistas ardorosos foram beneficiados. E o caso do também paulista Ricardo Izar (PFL), que conseguiu para seu irmão, Roberto Nagib Izar, juntamente com três sócios, uma emissora em São Paulo. E o caso ainda do deputado Milton Reis (MG) — secretário-geral do PMDB e dos que mais tem lutado pela aprovação dos cinco anos —, que com sua mulher, Marina Guimarães Mascarenhas Reis, ganhou uma rádio na cidade de Pouso Alegre, com outros dois sócios. Reis vinha dedicando-se ao trabalho individual de persuasão dos parlamentares e às pesquisas sobre a tendência de voto.

A lista dos beneficiados com concessões de emissoras refere-se



Fruet (com Ulysses) diz que concessões produzem adesões

aos anos de 1985, 86 e 87, porque as juntas comerciais ainda não estão atualizadas com dados de 1988. Por esse motivo, disse o deputado paranaense, não constam das certidões muitos dos constituintes que sabidamente se tornaram proprietários de rádios nos últimos meses em troca de apoio ao mandato desejado por Sarney.

EM FAMÍLIA

Não só partidário dos cinco anos, mas autor da idéia de elaborar um programa econômico para assegurar a sobrevivência do governo Sarney, o governador Henrique Santillo (GoIás) atuou para a família. Seu irmão e prefeito de Anápolis, Ademar Santillo, ganhou uma emissora na cidade, junto com a mulher, Onaide Silva Santillo. Políticos aliados ao governador goiano,

como o presidente da Assembleia Legislativa, Frederico Jayme Filho, também se tornaram proprietários de emissoras.

Na Bahia, terra do ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, muitos de seus aliados e amigos foram contemplados com concessões de rádio, como o deputado estadual César Augusto Borges e seu ex-secretário Kleber Pacheco de Oliveira.

Não só a concessão de emissoras pode comprar um voto, mas a ameaça de prejudicar o estado não liberando verbas. Foi o que aconteceu ao deputado Paulo Silva (PMDB-PI), convicto quatroanista mas receoso de confirmar seu voto. Um parlamentar a seu lado garantiu que o presidente Sarney condicionou a liberação de verbas ao Plaiú ao voto nos cinco anos.

Presidente tem programa de viagens ao Exterior

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A expectativa de a Constituinte aprovar o mandato presidencial apressou ontem os preparativos do Palácio do Planalto para as viagens do presidente José Sarney ao Exterior, começando pelos Estados Unidos, a partir de domingo. No final do mês e início de julho, o presidente fará um percurso maior, até à China, com escala em Roma, na Itália.

A escala, oficialmente, não existia até ontem, quando o presidente Sarney prometeu ao arcebispo de Brasília, dom José Freire Falcão, assistir a sua investidura de cardeal na Basílica de São Pedro. Além dele, foi elevado a cardeal o arcebispo de Salvador, dom Lucas Moreira Neves. Para garantir presença na cerimônia celebrada pelo papa João Paulo II, o presidente terá de fazer algumas alterações na agenda.

O presidente deve chegar ao aeroporto John F. Kennedy, em Nova

York, às 20 horas locais de domingo. Na segunda-feira, inicia seu programa oficial, previstos encontros com vários chefes de Estado. As 16h30, Sarney receberá o vice-presidente de Cuba, Carlos Rafael Rodríguez; uma hora depois, o primeiro-ministro de Israel, Itzhak Shamir. As 19 horas, irá à recepção oferecida pelo embaixador do Brasil na ONU, Paulo Nogueira.

Na terça, o primeiro compromisso do presidente é com o secretário-geral da ONU, Javier Pérez de Cuellar. Depois de outras programações, às 10 horas da manhã, o ponto alto da visita, o discurso na III Sessão Especial. Uma hora e meia depois, encontro com o presidente da Colômbia, Virgílio Barco, na sede da ONU. Depois, só às 19 horas, jantar oferecido pelo presidente de Portugal, Cavaco e Silva, aos chefes de Estado e de governo. Na quarta-feira, entrevista coletiva à tarde, encontro com os presidentes do México, do Chipre e do Afeganistão. O presidente volta a Brasília às 22h30.

Militares não aceitam acordo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os militares, segundo eles mesmos, não participam de nenhum acordo na votação da anistia e estão apenas apostando no "bom-senso" dos constituintes que votarão possivelmente hoje o artigo 5º das disposições transitórias, que trata do assunto. Entretanto, pelo menos o deputado Bernardo Cabral recebeu um pedido dos ministros do Exército e da Marinha, General Leônidas Pires, e almirante Henrique Sabóia, para votar pela rejeição da proposta de fusão das emendas alternativas aos textos do Centrão e Sistematização.

O pedido dos ministros militares ao relator da Comissão de Sistematização foi feito durante almoço oferecido domingo passado pelo deputado,

na residência de seu irmão, que homenageou os dois oficiais-generais de quatro estrelas com um cardápio especial: um peixe trazido do Amazonas, estado natal de Cabral.

O relator, em verdade, já rejeitou as emendas de ampliação da anistia aos servidores militares e civis cassados em 1964 e manteve apenas o texto aceito pelos ministros militares, que estende os benefícios da anistia até 1934, sem conceder reintegração ou pagamentos atrasados.

Ainda assim, diante da existência de um projeto de fusão de emendas referentes à anistia, já endossado por 18 constituintes autores de emendas, os militares acreditam no poder de persuasão do deputado Bernardo Cabral, pois a partir do momento em que publicamente optar "pela rejeição" da emenda poderá influir sobre o voto de alguns parlamentares.

Deputados caçam votos até no plenário

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Durante todo o dia, através de telefonemas e contatos pessoais os deputados Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, Dasso Coimbra (PMDB-RJ) e Gilson Machado (PFL-PE) controlavam a presença dos constituintes cincoanistas no Congresso. As 11 horas, eles eram 217. Cinco horas e meia mais tarde, quando foi votado o capítulo do fim do, último do corpo permanente da Constituinte, já estavam presentes 329. A certeza da vitória, que aparentemente tranquilizava os articuladores da operação pelos cinco anos, não impedia, no entanto, que fossem feitas tentativas de última hora para a mudança de votos. Segundo Dasso Coimbra, nove dos votos comprometidos com os cinco anos foram conseguidos nos últimos momentos.

Não faltaram prognósticos e tentativas de acordo para a votação do mandato. Logo pela manhã, o líder do PFL, José Lourenço, foi até o Planalto para dizer a Sarney que a prioridade seria dada aos cinco anos para depois se tentar um consenso sobre as Disposições Transitórias no geral. Ele tinha certeza de que haveria quórum para a aprovação do mandato de cinco anos.

Inocência de Oliveira, vice-líder do PFL, passou o dia no gabinete de Lourenço convocando os constituintes para a votação. Até o deputado Pedro Ceolin, também do PFL, que estava internado no Hospital Santa Helena tratando de úlcera, foi para o plenário. José Lins, um dos líderes do Centrão, foi ao gabinete de Mário Covas tentar encontrar pontos comuns para um acordo sobre as Disposições Transitórias. A tentativa de um consenso pa-

ra a votação reuniu os líderes partidários durante cerca de três horas. E, de um total de 63 artigos, foram analisados apenas 14, sendo que quatro deles — mandato, anistia para os militares, perdão da dívida dos pequenos e médios empresários e o que pressupõe o parlamentarismo — foram excluídos por não haver chance de negociação. Entre os pontos fixados no acordo estava o que dá às Assembleias Legislativas o prazo de um ano para a elaboração das Constituições estaduais.

"Não estamos aqui para fazer birra, estamos fazendo uma Constituição", dizia Mário Covas, contrariado com a "quantidade imensa de penduricalhos" no texto das Disposições Transitórias. José Genoíno, deputado do PT, garantiu que "a disputa é o texto base" e não escondia sua irritação com o aparecimento repentino de vários constituintes.

"Esta Casa tem muito parlamentarismo, que só veio para votar o mandato e em, embora, nem estão preocupados com as Disposições", afirmou.

Milton Reis (PMDB-MG), conside-derado o grande contabilista do Centrão, mostrou um prognóstico pormenorizado, indicando que os cinco anos teriam, no máximo, 321 votos. Seu companheiro de estado e de partido, o ministro Ronaldo Costa Couto, discordava e garantia 340 votos como certos.

Já o senador José Fogaca (PMDB-RS) insistia em que "seria uma loucura entrar no plenário para votar sem acordo". A esquerda acreditava que "tudo ia para o buraco negro" e seus líderes ainda tentavam demonstrar segurança. "A balança ainda não está perdida", dizia Mário Covas, acrescentando: "Só conflito no resultado que ler no placar eletrônico".